

NOME:

CARGO:

Filtrar

SAULO WELLINGTON MARCHIORI MAGRON [-]

Lotação: SECRETARIA DE GESTÃO E PAGAMENTO DE PESSOAL

Cargo: Agente De Administração

Competência: janeiro de 2025

Selecione a operação

▼

Exportar Excel

Exportar DOC

Exportar PDF

DESCRIÇÃO	VENCIMENTOS	DESCONTOS
VENCIMENTOS	4.483,78	
ADICIONAIS	920,86	
COMISSÃO DE LICITAÇÃO	896,76	
INCORP 2515/12	4.500,19	
VERBA INDENIZATORIA PREGOEIRO	3.918,78	
VANTAGEM PESSOAL	7.567,59	
SGPP	4.884,19	
IPM		2.446,14
IRRF		4.825,99
	TOTAL DE VENCIMENTOS	TOTAL DE DESCONTOS
	27.172,15	7.272,13
	VALOR LÍQUIDO ->	19.900,02

Encaminhe-se para conhecimento desse respeitado Órgão do Ministério Público, supostas irregularidades cometidas pelo servidor Saulo Wellington Marchiori Magron, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, nos últimos cinco anos. O servidor tem um alto salário (mais de R\$ 28 mil) e, supostamente, cursa a Faculdade de Direito da USP por um período integral, sendo incompatível a atividade com a carga horária de trabalho de 40 horas semanais de seu referido cargo "Agente de Administração". Sugere-se que esta Promotoria solicite todas as informações necessárias para o esclarecimento dos fatos (em especial folhas de ponto do momento em que estudava em período integral, bem como o itinerário acadêmico da época, junto à USP). Ressalta-se que o referido servidor possui duas chefias que somam mais de R\$ 9 mil e ainda continua em regime de teletrabalho, que dura já mais de cinco anos, conforme denúncia de um vereador da própria Casa de Leis, conforme link abaixo:

<https://www.instagram.com/reel/DKPVU6fgjwJ/?igsh=dDh2MG94b2Y1eW5s>

<https://emribeirao.com/politica/funcionario-recebe-r-22-mil-por-mes-da-camara-para-estudar-direito-na-usp-em-periodo-integral-45096/>

"Funcionário" recebe R\$ 22 mil por mês da Câmara para estudar Direito na USP em período integral

<https://thmais.com.br/cidades/ribeirao-preto/funcionario-recebe-r-22-mil-por-mes-da-camara-para-estudar-direito-na-usp/>

Funcionário recebe R\$ 22 mil por mês da Câmara para estudar Direito na USP em período integral

Acima, holerite do servidor, disponível no Portal da Transparência, mostra os altos vencimentos e cópia da denúncia encaminhada ao Ministério Público; home office com penduricalhos sob investigação

Denúncia original foi feita pelo Grupo Thathi

O Grupo Thathi de Comunicação foi o primeiro veículo de imprensa a noticiar o caso, em agosto de 2022. O portal Farolete também publicou reportagem sobre o tema, em setembro do mesmo ano.

As reportagens motivaram, ainda em 2022, o pedido de três vereadores da legislatura passada para que a Câmara suspendesse o home office. A medida foi formalizada, mas, ainda assim, o servidor continuou em regime remoto.

COORDENADOR JURÍDICO DIZ QUE FUNCIONÁRIO TINHA AVAL DE CHEFIA

O coordenador jurídico da Casa, Odair Luz, afirmou, em declaração dada em 2022, que a designação de servidores para trabalho presencial, híbrido ou remoto cabe aos chefes de cada departamento. “O superior hierárquico dele considerou que poderia mantê-lo no sistema”, disse.

Ainda segundo Luz, o controle da jornada do servidor passou a ser feito apenas no fim de 2022, com a implantação do ponto eletrônico. “Antes disso, era feito pelo superior direto”, explicou. Procurado em 2025, ele não comentou.

Saulo é casado com 'presidente de fato' da Câmara

Saulo é casado com Alexandra Christino da Silva, funcionária concursada da Câmara, considerada uma das pessoas mais influentes da instituição.

Segundo servidores e vereadores ouvidos sob condição de anonimato, ela é apontada como quem, de fato, comanda a Coordenadoria Jurídica da Casa e exerce forte influência sobre decisões estratégicas e administrativas — incluindo nomeações, exonerações e distribuição de gratificações para servidores.

Em 2022, Alexandra Christino também permaneceu em home office, acompanhando o marido fora do ambiente físico do Legislativo. Hoje, cumpre a maior parte de sua agenda como servidora pública em regime remoto.

CÂMARA IGNORA REQUERIMENTOS

Desde julho de 2022, o jornalista Cristiano Pavini, do portal Farolete, denuncia que ao menos dois requerimentos foram protocolados com base na Lei de Acesso à Informação, solicitando a lista de servidores em home office, suas jornadas e documentos que justificassem flexibilizações para quem cursava graduação.

A Câmara negou os

pedidos. Também foram negados dois pedidos semelhantes feitos pelo jornalista Eduardo Schiavoni.

Mais de três anos após a denúncia inicial e mesmo diante da ampla repercussão, a Câmara ainda não tomou qualquer medida efetiva para reavaliar a situação funcional de Saulo Magron ou revisar os benefícios que ele recebe.

Por obras, Câmara deve ter sessões em home office

A Câmara de Ribeirão Preto deve passar por uma reforma por conta necessidade de adequações apontadas pelo Corpo de Bombeiros para a concessão do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), incluindo Plenário e Salão Nobre. A reforma, depois de finalizada a licitação, deve durar oito meses.

Durante o período em

que as obras, as sessões devem ser realizadas de forma remota, seguindo a sugestão da Coordenadoria Legislativa e acatada pela Mesa Diretora. A previsão é que o início dos trabalhos aconteça ainda no último trimestre de 2025, levando em consideração os prazos de recursos, homologação e adjudicação. (Angelo Lopes)